



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

DECISÃO DE RECURSO ADMINISTRATIVO

TOMADA DE PREÇOS 004/2020
PROCESSO 23443.008906/2020-11

1 - Recurso Administrativo interposto pela empresa **ADVISOR ASSESSORIA EMPRESARIAL EIRELI** qualificada nos autos, em que se questiona ato da Comissão Geral de Licitação de promover a habilitação da empresa **J V COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**.

Em apertada síntese, o recurso ora em análise funda-se em suposto não atendimento das cláusulas editalícias na documentação da empresa **J V COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** à **HABILITAÇÃO** da empresa **RECORRIDA** no instrumento convocatório.

Foram trazidos aos autos, através do recurso ora decidido, jurisprudência pertinentes ao caso no entender do recorrente.

É o relatório.

DA TEMPESTIVIDADE.

Inicialmente, comprova-se a tempestividade deste recurso, dado que o prazo de encerramento da fase recursal foi previsto para 07/12/2020, e a interposição aconteceu dia 02/12/2020, tendo sido, portanto, cumprido o prazo.

DAS ALEGAÇÕES DA RECORRENTE E DA ANÁLISE.

A recorrente afirma em seu requerimento que a empresa **J V COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** apresentou documento atestado de capacidade técnica sem registro no CREA CAU.



MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO MÉDIA E TECNOLÓGICA
INSTITUTO FEDERAL DE EDUCAÇÃO, CIÊNCIA E TECNOLOGIA DO AMAZONAS

Em análise nos documentos do referido processo, resta claro que o RECURSO aqui ora analisado neste item, está devidamente equivocado, pois a empresa **J V COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA** apresentou documentos onde consta a comprovação da apresentação do atestado de capacidade técnica registrado no CREAM.

A decisão desta Comissão tem por base o **Parecer Técnico 025 – DINFRA/PRODIN/IFAM/2020** e se baseia no princípio da isonomia, da igualdade e da legalidade. Encontra ainda consonância com regramento da legislação em vigor amplamente defendido pelo TCU, o de que as regras do certame, resguardada a legalidade a ser perseguida pela Administração Pública, deve sempre objetivar a busca pela ampliação da disputa.

Desta forma, decidimos pelo **INDEFERIMENTO DO RECURSO** e a consequente **HABILITAÇÃO** da empresa **J V COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA**. Encaminho a mesma, suspensa por força do 109, §2º da Lei 8.666/1993, para análise e decisão da Autoridade Superior.

Manaus, 24 de dezembro de 2020

MARIVALDO DA CRUZ SOARES
Presidente da CGL IFAM

MANOEL REGINALDO S PEREIRA
Membro da CGL

MATEUS ALMEIDA LIMA
Membro da CGL